

**CONTRATO N.º 265/2025**  
**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**  
**ENTRE MUNICÍPIO DE OEIRAS E**  
**GRUPO CULTURAL DE VILA FRIA**

Considerando que:\_\_\_

(1) À luz do artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa, todos têm direito à cultura física e ao desporto, incumbindo ao Estado, *lato sensu* (incluindo as autarquias locais), colaborar com as escolas e as associações e coletividades desportivas na promoção, estímulo, orientação e apoio à prática e difusão da cultura física e do desporto, bem como na prevenção da violência no desporto, algo que é reafirmado em traços gerais, nos artigos 5.º a 7.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD), aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;\_\_\_

(2) Decorre da conjugação dos artigos 23.º, n.º 2, alínea f), e 33.º, n.º 1, alíneas o) e u), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos tempos livres e do desporto, na ótica da salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, competindo à câmara municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades ou organismos legalmente existentes, particularmente no que se refere à execução de obras, à realização de eventos e ao desenvolvimento de atividades de natureza desportiva ou recreativa;\_\_\_

(3) O Município de Oeiras, no âmbito da prossecução das suas políticas de desenvolvimento desportivo para o concelho, reconhece inequivocamente como de interesse municipal o trabalho realizado pelas entidades do setor não lucrativo;\_\_\_

(4) O Município de Oeiras tem, por isso, adotado uma política de apoio às coletividades do concelho que se dediquem ao fomento e promoção da atividade física e do desporto, dotando-as de meios adicionais que lhes permitam suportar os encargos decorrentes dessas atividades e investimentos, contribuindo também para a coesão económica e social do concelho;\_\_\_

(5) De acordo com a regra estabelecida nos artigos 46.º e 47.º da LBAFD, os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas ou pelas autarquias locais, na área do desporto, são necessariamente titulados por contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;\_\_\_

(6) O quadro regulador dos apoios municipais a pessoas coletivas sem fins lucrativos com sede no concelho de Oeiras, que atuem na área do desporto, consta do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo (RAAD), publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 254, de 30 de dezembro de 2015, cujo artigo 9.º, n.º 4, reitera a necessidade de contratualização das participações financeiras atribuídas;\_\_\_

(7) O princípio da boa administração, com a configuração que lhe é dada no artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo, indica que a metodologia mais eficiente para se proceder à formalização dos apoios concedidos ao abrigo do RAAD e demais parcerias no âmbito de programas e projetos municipais promotores de desenvolvimento desportivo, consiste na celebração de um único contrato-programa com cada uma das entidades beneficiárias, que agregue todas as vertentes de apoio que estas se proponham levar a cabo em cada ano, de entre as previstas na legislação aplicável, assim eliminando trâmites burocráticos e otimizando a satisfação do interesse público constitucional e legalmente fixado. \_\_\_



Desta forma, na sequência de deliberação camarária n.º 174/2025, de 05 de março de 2025, é celebrado o presente Contrato-Programa, para desenvolvimento das atividades e/ou investimentos descritos na cláusula 2.ª, \_\_\_\_

Entre: \_\_\_\_

**Município de Oeiras**, pessoa coletiva de direito público número 500.745.943, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por **Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves**, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Município, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, cujos poderes lhe são conferidos por delegação de competências efetuada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos do Despacho número 01/2023 de 02 de janeiro, adiante designado como **Município** ou **Primeiro Outorgante**; \_\_\_\_

E, \_\_\_\_

**GRUPO CULTURAL DE VILA FRIA**, com sede na Praceta João de Deus, Lote 6, Porto Salvo, pessoa coletiva n.º 501647082, neste ato representado por **Carlos Alexandre Alves Cardoso**, portador do CC n.º [REDACTED] e por **Maria Dulce Pereira Varanda**, portador do CC n.º [REDACTED], na qualidade de Presidente e Vice-Presidente, com poderes para outorgar o presente contrato, conforme cópia da publicação dos estatutos em Diário da República (Artigo 19.º), ata n.º 8, datada de 23 de fevereiro de 2024 e Termo de Posse, adiante designada por **SEGUNDO OUTORGANTE**; \_\_\_\_

É celebrado e por ambos aceite o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se rege pelas cláusulas seguintes: \_\_\_\_

## Cláusula 1.<sup>a</sup>

### Objeto

O presente contrato regula os termos das diferentes participações financeiras do Município ao Segundo Outorgante, com suporte no seu plano de atividades, que dele faz parte integrante.\_\_\_\_

## Cláusula 2.<sup>a</sup>

### Regime de participação financeira

1 — As diferentes participações financeiras a prestar pelo Município ao Segundo Outorgante são repartidas da seguinte forma, num montante global máximo de €2.680,00 (dois mil, seiscentos e oitenta euros):\_\_\_\_

**a) Atividade Regular no âmbito do RAAD, compreendendo nomeadamente despesas com inscrições, enquadramento técnico, deslocações, aquisição de material desportivo e aluguer ou gestão de instalações desportivas – €1.680,00 (mil, seiscentos e oitenta euros);**\_\_\_\_

**b) Projetos Pontuais no âmbito do RAAD:**

**i) III Encontro Internacional de Krav Maga – €1.000,00 (mil euros);**\_\_\_\_

2 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o Município procede ao pagamento das participações financeiras através de uma ou mais transferências, a efetuar de acordo com as suas disponibilidades de tesouraria, até ao limite de 31 de dezembro do corrente ano.

3 — Os pagamentos dos investimentos relativos a Obras e Aquisição/Manutenção de Equipamentos no âmbito do RAAD, apenas serão efetuados após receção no Município dos respetivos documento de despesa.

4 — O valor da participação financeira não é revisto em função das variações, para mais ou para menos, nos indicadores económicos.

5 — O encargo resultante do cumprimento das obrigações referidas nos números anteriores é satisfeito pela dotação orçamental com a classificação orgânica:02, classificação

económica: 040701, tendo-lhe sido atribuída a ficha de compromisso número: 1967370, emitida a 10/03/25.\_\_\_\_

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### **Obrigações do Segundo Outorgante**

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 6.º do RAAD, o Segundo Outorgante obriga-se a:\_\_\_\_

a) Executar o programa de desenvolvimento desportivo objeto do presente contrato nos termos e condições aprovadas, aplicando os apoios concedidos exclusivamente à realização dos fins nele previstos;\_\_\_\_

b) Celebrar todos os contratos de seguro obrigatórios aplicáveis;\_\_\_\_

c) Comunicar imediatamente ao Município quaisquer factos suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;\_\_\_\_

d) Colaborar com o Município nas ações de acompanhamento e controlo da execução do contrato que este decida encetar em ordem à verificação do cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais, bem como a prestar-lhe todas as informações solicitadas;\_\_\_\_

e) Organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação dos apoios concedidos pelo Município e a disponibilizá-la aos serviços municipais sempre que estes o requeiram, nomeadamente no âmbito dos poderes de fiscalização previstos na cláusula 7.<sup>a</sup>;\_\_\_\_

f) Cumprir as suas obrigações fiscais, contributivas e decorrentes de contratos-programa anteriores ou em vigor;\_\_\_\_

g) Restituir os montantes indevidamente recebidos, nos termos do n.º 6 da cláusula 9.<sup>a</sup>;\_\_\_\_

h) Incluir nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do presente contrato;\_\_\_\_

i) Publicitar a participação financeira do Município em todos os meios de promoção

e divulgação das atividades e projetos previstos no programa de desenvolvimento desportivo;\_\_\_

2 — Até ao dia 30 de junho de 2026, o Segundo Outorgante obriga-se ainda a entregar ao Município:\_\_\_

a) Um relatório final detalhado sobre a execução técnica e financeira do programa de desenvolvimento desportivo;\_\_\_

b) O relatório anual e conta de gerência relativo a 2025, com o parecer do conselho fiscal e cópia da ata de aprovação pela Assembleia Geral; e,\_\_\_

c) As demonstrações financeiras legalmente previstas. \_\_\_

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### **Contrapartidas de interesse público**

1 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, o Segundo Outorgante compromete-se, dentro das suas possibilidades, a disponibilizar recursos humanos e materiais, incluindo instalações desportivas, para iniciativas organizadas pelo Município, em datas e locais a acordar. \_\_\_

2 — Da contrapartida referida no número anterior não pode advir prejuízo para o regular funcionamento da atividade do Segundo Outorgante. \_\_\_

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### **Destino dos bens adquiridos ou construídos**

1 — São propriedade do Segundo Outorgante todos os bens adquiridos ou construídos com recurso à participação financeira prevista na cláusula 3.<sup>a</sup>, competindo-lhe a gestão e manutenção dos mesmos. \_\_\_

2 — Durante a vigência do contrato, os bens referidos no número anterior estão afetos exclusivamente à execução do programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto, não podendo ser alienados, locados ou por qualquer forma onerados sem autorização prévia do Município. \_\_\_

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Fiscalização e controlo da execução do contrato**

1 — Compete ao Município fiscalizar a execução do contrato, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de auditorias internas ou externas.\_\_\_\_

2 — A função de gestor de contrato é exercida pelos seguintes técnicos, consoante a tipologia de apoios descritos no n.º 1 da clausula 2<sup>a</sup>, coadjuvados pelos serviços municipais cuja colaboração julguem necessária para o desenvolvimento das ações previstas no número anterior:\_\_\_\_

- a) Atividade Regular no âmbito do RAAD – ██████████
- b) Projetos Pontuais no âmbito do RAAD – ██████████;\_\_\_\_

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Revisão do contrato**

1 — O contrato pode ser modificado por:\_\_\_\_

- a) Acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;\_\_\_\_
- b) Decisão unilateral do Município, devido a imposição legal ou por razões de interesse público.\_\_\_\_

2 — Em ambos os casos previstos no número anterior, a modificação deve ser aprovada pela Câmara Municipal de Oeiras.\_\_\_\_

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Incumprimento contratual**

1 — A simples mora na realização do programa de desenvolvimento desportivo, por facto que seja imputável ao Segundo Outorgante, confere ao Município o direito de fixar novo prazo ou nova calendarização para a sua execução.\_\_\_\_

2 — O incumprimento definitivo do contrato ou de quaisquer obrigações decorrentes

das normas legais em vigor, por facto que seja imputável ao Segundo Outorgante, dá lugar à suspensão da comparticipação financeira ou à resolução do contrato, consoante a gravidade da infração.\_\_\_\_

3 — Se o contrato for resolvido, o Município tem o direito de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa de desenvolvimento desportivo.\_\_\_\_

4 — Não se verificando a impossibilidade referida no número anterior, o Município tem o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.\_\_\_\_

5 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, se a comparticipação financeira concedida pelo Município não for aplicada na execução do programa de desenvolvimento desportivo, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir as quantias não aplicadas ou aplicadas a fim distinto daquele que justificou a sua atribuição.\_\_\_\_

6 — Sempre que haja lugar à restituição de valores pagos, o Segundo Outorgante deve depositar a respetiva importância em instituição de crédito à ordem do Município no prazo de 60 dias, contados desde a data da notificação pelo Município para esse efeito, findo o qual acrescem juros à taxa legal em vigor, sob pena de sustação das comparticipações financeiras, nos termos do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.\_\_\_\_

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

### **Comunicações**

As comunicações entre as Partes relativas à execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico, ou por via postal, por meio de carta registada com aviso de receção.\_\_\_\_

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

### **Vigência do contrato**

1 — O contrato entra em vigor na data da respetiva publicitação no sítio na internet do Município.\_\_\_\_

2 — A comparticipação financeira estabelecida no presente contrato abrange a totalidade do programa de desenvolvimento desportivo aprovado, independentemente do seu termo inicial.\_\_\_\_

3 — Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na cláusula 4.<sup>a</sup>, o contrato cessa no dia 31 de dezembro de 2025.\_\_\_\_

#### Cláusula 11.<sup>a</sup>

#### Foro

A resolução de eventuais litígios emergentes do presente contrato, referentes tanto à sua interpretação como à sua execução, é submetida a arbitragem, nos termos da lei.\_\_\_\_

E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar que vai ser assinado por ambos os outorgantes, por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94.º, n.º1 do Código dos Contratos Públicos, e por mim, [REDACTED], na qualidade de Oficial Pública, nomeada por despacho n.º 57/2023 do Presidente da Câmara Municipal, em 11 de abril, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que o fiz escrever e também assino. \_\_\_\_

O presente contrato considera-se celebrado na data da última assinatura através de certificado de assinatura eletrónica qualificada. \_\_\_\_

#### O Primeiro Outorgante

[REDACTED]

#### A Segunda Outorgante

Assinado por: **Carlos Alexandre Alves Cardoso**  
Num. de Identificação: [REDACTED]  
Data: 2025.04.21 16:28:21+01'00'



#### A Oficial Pública

[REDACTED] Assinado de forma digital  
[REDACTED]  
Dados: 2025.04.15 14:44:21  
+01'00'



Assinado por: Maria Dulce  
Pereira Varanda  
Identificação: [REDACTED]  
Data: 2025-04-22 às 09:11:05